

Sobre o bom samaritano: a fraternidade universal na "Fratelli tutti"

O Papa Francisco publicou recentemente a encíclica “Fratelli tutti” sobre a fraternidade universal e a amizade social. Neste texto vamos aprofundar no segundo capítulo: um comentário à parábola do bom samaritano.

19/01/2021

O Papa Francisco publicou recentemente a encíclica “Fratelli tutti” sobre a fraternidade universal e a amizade social. O segundo capítulo é um comentário à parábola do bom samaritano que, como afirma o pontífice, “é expressa de tal maneira que qualquer um de nós pode deixar-se interpelar por ela”^[1] e que constitui uma chave de leitura de todo o documento.

Oferecemos a seguir um resumo do estudo^[2] publicado no número de dezembro de 2018 da revista *Scripta Theologica*, no qual a filósofa Ana Marta González comenta a parábola à luz de dois textos: a *Salvifici Doloris* de São João Paulo II e uma carta do bem-aventurado Álvaro escrita em janeiro de 1993 e dirigida aos fiéis do Opus Dei.

Uma pergunta decisiva

A parábola é narrada no capítulo 10 do evangelho de São Lucas. O

escritor sagrado apresenta um mestre da lei que, de pé, dirige a Jesus uma pergunta decisiva: “Mestre, que devo fazer para possuir a vida eterna?”[3]. Não deixa de ser chamativo que, em vez de dar-lhe uma resposta rápida e convencional, o Rabi de Nazaré inicie um diálogo com o seu interlocutor, propondo-lhe por sua vez outra pergunta: “Que está escrito na Lei? Como é que lês?” O levita citou umas palavras do livro do Deuteronômio: “‘Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu pensamento; e a teu próximo como a ti mesmo’”. Jesus lhe disse: ‘Respondeste bem: faze isto e viverás’. Ele, porém, querendo justificar-se, disse a Jesus: ‘E quem é o meu próximo?’”[4].

O que se segue então é um relato cuja fecundidade silenciosa chega até os nossos dias. Em sua aparente simplicidade, a parábola do bom

samaritano transmite uma mensagem inusitadamente profunda, que despertou de modo efetivo as consciências e suscitou autênticas mobilizações espirituais, nas quais a experiência religiosa cristalizou expressões éticas, pessoais e institucionais, sem as quais não compreenderíamos a nossa cultura.

A assombrosa fecundidade deste relato dificilmente seria explicada com uma interpretação unilateral, que incidisse unicamente nos aspectos éticos, desligados dos religiosos ou nos aspectos religiosos, desligados dos éticos. Para apreciar isto, no entanto, é necessário ir além de uma visão puramente ritualista da religião e perceber o modo como a ética se torna presente no próprio núcleo da experiência religiosa, o que não raramente implica também dar-se conta da dimensão religiosa na experiência ética.

Neste sentido, a parábola vale como pedra de toque de uma religiosidade autêntica, capaz de reconhecer o vestígio do Deus transcendente na pessoas que vem ao meu encontro, mais do que no cumprimento de certos formalismos rituais.

É significativo que a passagem seja precedida por uma pergunta do doutor da lei, com a qual ele procura, pelo menos aparentemente, compreender melhor o mandato do amor ao próximo prescrito na lei de Deus (v 27). “E quem é o meu próximo?” É esta, com efeito, a pergunta que, segundo ressalta João Paulo II, dá origem ao relato (*Salvifici Doloris*, n. 28) e que, como ele mesmo nota, não se deve desvincular daquela outra passagem em que, referindo-se ao juízo final, o próprio Jesus se identifica com quem estiver passando fome, sede, esteja nu, encarcerado ou doente. Poderia citar-se igualmente São João: “Se

alguém diz ‘amo a Deus’ e aborrece seu irmão, é um mentiroso, pois quem não ama seu irmão a quem vê, não pode amar a Deus a quem não vê” (1 Jo 4, 20).

Mudança de perspectiva

Jesus responde de um modo singular à pergunta que lhe propõe o doutor da lei, pois, mais que oferecer uma resposta direta, leva-a de novo, como uma questão aberta, a seu interlocutor, que se vê diretamente interpelado. Assim, depois de descrever as diferentes reações do sacerdote, do levita e do samaritano em face do homem espancado, Jesus dirige-se de novo ao doutor da lei e lhe pergunta: “Qual desses três parece ter sido o próximo daquele que caiu nas mãos dos ladrões?”[5]. Seu interlocutor é que deve responder de modo pessoal, depois de ter ouvido e compreendido, também de modo pessoal, a mensagem implícita no

relato. E é o que faz: “E diz: ‘Aquele que usou de misericórdia para com ele’. Disse-lhe Jesus: ‘Vai, e faze tu o mesmo’”[6].

Vemos aí que a resposta a uma pergunta aparentemente simples, quem é o próximo, não é feita pelos canais habituais. Jesus não permite que o seu interlocutor se transforme em simples espectador, talvez juiz, da sua resposta, porque a resposta à questão do próximo não é compatível com uma atitude teórica desse estilo, mas requer um compromisso prévio da parte de quem formula a pergunta, um compromisso com o reconhecimento de que o relato impõe uma mudança de perspectiva, um abandonar a posição teórica de puro espectador.

Compaixão e ação

Na *Salvifici Doloris*, João Paulo II sublinhava em primeiro lugar este aspecto: “*Bom Samaritano é todo o*

homem que se detém junto ao sofrimento de um outro homem, seja qual for o sofrimento. Parar, neste caso, não significa curiosidade, mas disponibilidade. É como abrir-se de uma disposição interior do coração, que também tem a sua expressão emotiva. Bom Samaritano é todo o homem sensível ao sofrimento alheio, o homem que ‘se comove’ diante da desgraça do próximo. Se Cristo, conhecedor do interior do homem, põe em realce esta comoção, quer dizer que ela é importante para todo o nosso modo de comportar-nos diante do sofrimento alheio. É necessário, portanto, cultivar em si próprio esta sensibilidade do coração, que se demonstra na compaixão por quem sofre” (JP II, SD n. 28).

O Papa ressaltava a necessidade de *cultivar* a sensibilidade do coração. Mas isso também não é suficiente. Tal capacidade não é inerte, mas leva

à ação. Assim – continuava dizendo João Paulo II – forma parte do amor, da autêntica solidariedade, ir dentro do possível, além da simples comoção, procurando prestar uma ajuda *eficaz*: “O Bom Samaritano da parábola de Cristo não se limita, todavia, à simples comoção e compaixão. Estas transformam-se para ele em estímulo para as ações que tendem a prestar ajuda ao homem ferido. Bom Samaritano, portanto, é, afinal, todo *aquele que presta ajuda no sofrimento*, seja qual for a sua espécie; uma ajuda, dentro do possível, eficaz. Nela põe todo o seu coração, sem poupar nada, nem sequer os meios materiais. Pode-se dizer mesmo que se dá a si próprio, o seu próprio ‘eu’, ao outro. Tocamos aqui um dos pontos chave de toda a antropologia cristã. O homem ‘não pode encontrar a sua própria plenitude a não ser no dom sincero de si mesmo’. (92) Bom Samaritano é

o homem capaz, exatamente, de um tal dom de si mesmo” (JPII, SD, n. 28).

A partir do momento em que é formulada, a pergunta pelo próximo – quem é meu próximo – impõe uma tarefa tão gozosa quanto interminável: a tarefa de tornar-se permeável às necessidades alheias e aliviá-las, no que está de nossa parte, de modo eficaz. “Vai e faze tu o mesmo” (Lc 10, 37). Deste modo a parábola convida a rever o que consideramos, talvez com boa intenção, nossas prioridades; convida-nos a examinar se por acaso pode haver algo mais importante do que deixar-se comover e deter-se, nesse lugar, para curar as feridas das pessoas maltratadas.

A questão é que, sem grandes artifícios, expondo o contraste entre a conduta do sacerdote, do levita e do samaritano, a parábola nos interpela diretamente, precisamente como

pessoas que se sentem de repente envolvidas e interpeladas pela situação em que outras pessoas se encontram: Com quem você se identifica? Com o levita? Com o sacerdote? Com o samaritano? Imediatamente, perguntamo-nos o que acontece no coração de cada um, para passar ao lado ou, ao contrário, parar diante do homem maltratado; o que acontece no nosso? Deste modo a parábola convida a rever o que consideramos, talvez com boa intenção, as nossas prioridades; o outro, que vem ao meu encontro, desafia os meus conceitos e sacode a minha inércia, inclusive a minha inércia moral.

“Um mandamento novo vos dou”

No rosto do outro cabe perceber o vestígio de Deus, de um modo que torna pertinente não só a linguagem da compaixão e da empatia, mas também a do mandamento: não sem

certo paradoxo, o outro pode exigir este tipo de atenção que conta como amor, e que só pode ser dada livremente.

Existe, pois um dever de amar, como diz São Paulo, “quem ama o próximo, cumpriu a lei” (Rm 13, 8). No entanto, como observa Bento XVI, “o mandamento do amor só é possível porque não é uma mera exigência: o amor é ‘mandado’ porque antes é dado”[7]. São João é muito claro a este respeito: “Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, e sim em que Ele nos amou a nós, e enviou seu Filho em propiciação por nossos pecados. Caríssimos, se Deus nos amou assim, devemos também nós amar-nos uns aos outros” (1 Jo 4, 10-11). O interessante é que a recíproca de “se Deus nos amou assim”, converte-se em “devemos nós amar-nos uns aos outros”. Em outras palavras: o amor

recebido de Deus *deve* chegar ao próximo.

Alma sacerdotal e mentalidade laical

Numa carta escrita aos fiéis do Opus Dei em janeiro de 1993, o Bem-aventurado Álvaro del Portillo glosava a parábola do bom samaritano, com o fim de ilustrar o modo concreto como “alma sacerdotal” e “mentalidade laical” – duas expressões com as quais São Josemaria definia a condição do fiel que desenvolve a sua vocação no meio do mundo – confluem na atuação normal do cristão.

Dom Álvaro convida a reconhecer a imagem de Cristo no homem maltratado, que continua se apresentando em todos os que sofrem, com os quais Ele se identifica. Mas precisamente por isso, observa, não só quem *padece*, mas também quem se *compadece* de

modo operativo, é a imagem de Cristo. Com efeito: meditando na conduta do samaritano, que “interrompeu sua viagem, mudou de planos, dedicou-lhe seu tempo, empregou os meios à sua disposição”, o Bem-aventurado Álvaro insistia: “o samaritano também é imagem de Cristo, modelo de alma sacerdotal, porque a dor não é meio de santificação só em quem sofre, mas em quem se compadece daquele que sofre e se sacrifica para ajudá-lo...” (I. 93, n.19). Ao enfatizar que “a dor não é meio de santificação só em quem sofre, mas em quem se compadece”, dom Álvaro dá a entender que o protagonismo não está em quem se faz próximo daquele que sofre, mas sobretudo *naquele que sofre*. É com este que Cristo se identifica em primeira instância. É Ele que marca a pauta, o critério, diante do qual as personagens que passam ao seu lado adquirirão ou não condição de

próximos, em última instância, atualizando a sua alma sacerdotal.

Uma inflexão significativa

Não reconheceríamos Deus no próximo se não nos aproximássemos dele em seu sofrimento, se não nos deixássemos comover pelas suas necessidades de forma a modificar os nossos planos. Esta disposição é parte essencial, constitutiva, da compaixão que o samaritano demonstra. Dom Álvaro, da mesma forma que João Paulo II, não se limita a destacar a necessidade de uma atitude compassiva mas sublinha a necessidade de que essa atitude seja acompanhada por obras eficazes. Neste contexto, introduz uma inflexão significativa: “Depois, uma vez que levou pessoalmente o enfermo à pousada, o que faz o samaritano? Pegando dois denários deu-os ao estalajadeiro e lhe disse: cuida dele e tudo que gastares a mais

te darei na volta (Lc 10, 25): prossegue o seu caminho porque tem outros deveres que não pode abandonar. Não se trata de uma desculpa, de uma evasão, não faria o bem se ficasse mais tempo: seria sentimentalismo, deixaria de cumprir outras obrigações. *A mesma caridade que o impulsionou a deter-se leva-o agora a continuar a sua viagem.* É Cristo que nos dá o exemplo” (I.93, n.19).

Dom Álvaro recorda neste texto o horizonte microscópico e macroscópico da caridade quando indica, por um lado, que “um cristão nunca pode fechar os olhos diante da indigência moral ou material do próximo”, pois, “precisamente, o amor a Deus, no qual consiste primariamente a caridade, dilata a pupila de nossos olhos, permitindo-nos reconhecer Cristo nos que sofrem, e acende em nossos corações o desejo de doar-nos em obras de

misericórdia, silenciosamente, sem ostentação” (I.93, n. 19), levando a “inculcar este desejo naqueles que nos rodeiam, para não se comportarem de modo egoísta, de costas para a dor, a solidão ou a miséria” (I.93, n. 19). Por outro lado, porém, e com a mesma energia, não deixa de convidar a reconhecer a projeção da caridade nas relações sociais, econômicas, políticas, entre as quais se passa de fato a nossa vida diária: não apenas nos encontros inesperados em que as necessidades do outro apresentam-se de forma clamorosa, mas também nos encontros diários que compõem o tecido habitual da vida, a caridade deve abrir passagem, a alma sacerdotal deve – para empregar sua própria linguagem – pôr-se em exercício: “O desejo de atender e remediar dentro do possível as necessidades materiais do próximo sem descuidar as outras obrigações próprias de cada um, como o bom

samaritano, é característica da fusão entre alma sacerdotal e mentalidade laical. O que Deus nos pede, em primeiro lugar, é a santificação do trabalho profissional e dos deveres cotidianos. Em meio a essas atividades, permite que encontreis a indigência e a dor de outras pessoas; então, um sinal claro de que realizais vossas tarefas com alma sacerdotal, é que não passais ao lado, indiferentes; e sinal não menos claro é que o fazeis sem abandonar os outros deveres que deveis santificar” (I.93, n.20).

Caridade no próprio lugar no mundo

O Bem-aventurado Álvaro insiste no valor santificador das realidades diárias, fazendo-se eco fiel da mensagem de São Josemaria que cunhou a expressão “mentalidade laical” para se referir à naturalidade com que cristãos comuns, cidadãos e

trabalhadores entre os seus iguais, com os quais compartilham um modo de ver o mundo e os mesmos anseios, infundem a luz da fé e da caridade nessas realidades humanas: o espírito cristão não transparece só nos casos extraordinários, mas também na vida cotidiana.

“Deus quer que permaneçais em vosso lugar. Desse lugar, podeis realizar – estais realizando – um trabalho colossal em benefício dos pobres e indigentes, dos que padecem ignorância, solidão e dor – tantas vezes por causa da injustiça dos homens – porque ao buscar a santidade com todas as vossas forças, santificando o trabalho profissional e as relações familiares e sociais, contribuís para animar a sociedade com o espírito cristão” (I.93, n. 20).

Para deixar claro que a mensagem anterior não se dirige a poucas pessoas, mas a todos, seja qual for o

lugar que ocupe no mundo, precisa: “Não me refiro a vós que ocupais postos de relevo nos ambientes econômicos, políticos e sociais; penso em todas as filhas e em todos os filhos de nosso Padre, que, ao converter em oração seu trabalho e seu dia inteiro – tarefas talvez sem brilho, como o trabalho e a vida da Virgem e de São José – estais pondo Cristo no cume das atividades humanas, e Ele – não duvideis – atrairá todas as coisas a si, saciando vossa fome e sede de justiça” (I.93, n. 20).

É toda a teologia do valor santificador do trabalho e da vida cotidiana, que São Josemaria destacou remetendo aos anos de vida oculta de Jesus em Nazaré, que se põe em jogo nessas palavras. O fato de que a interpretação adequada da passagem requeira adotar uma perspectiva teológica não nos deve impedir de reconhecer a estrutura

ética que ela pressupõe, já destacada pela Doutrina Social da Igreja quando situa o trabalho humano no coração de toda a questão social. Pois, em último termo, o que o comentário de dom Álvaro a esta parábola destaca é a dimensão profundamente solidária de todo trabalho humano, e, nessa medida, que a solidariedade expressada pelo bom samaritano não deve ser reservada exclusivamente para situações extraordinárias, mas sim tornar-se presente no exercício cotidiano da profissão.

O exemplo do estalajadeiro

É este aspecto, precisamente, que fica singularmente ressaltado na parte final de seu comentário, que mesmo fazendo eco da pregação do Fundador do Opus Dei, não deixa de ser original: “Meditemos também o final da parábola. Para cuidar do ferido, o samaritano recorreu

também ao estalajadeiro. Como teria agido sem ele? Nosso Padre admirava a figura deste homem – o dono da pousada – que passou despercebido, fez a maior parte do trabalho e atuou profissionalmente. Ao contemplar a sua conduta, entendei, por um lado, que todos vós podereis atuar como ele, no exercício de vosso trabalho, porque qualquer tarefa profissional oferece de um modo mais ou menos direto a oportunidade de ajudar as pessoas necessitadas. Sem dúvida, permite-o a tarefa de um médico, de um advogado, ou de um empresário que não fecha os olhos diante das necessidades materiais cujo cuidado não é obrigatório por lei, mas sabe que a justiça e o amor a isso o obrigam; mas também a tarefa de um empregado de escritório, de um trabalhador manual ou de um agricultor que acha um modo de servir os outros no meio de grandes dificuldades pessoais. Sem esquecer

– insisto de novo – que o fiel desempenho do ofício profissional já é exercício da caridade para com as pessoas e a sociedade” (I.93, n. 21).

O estalajadeiro, a quem o samaritano pede para “cuidar” do homem ferido, realiza uma tarefa profissional impregnada de caridade. Com a sua atuação torna reais os vínculos éticos de solidariedade aos quais nos convoca a vida social e os eleva a uma nova dimensão. Atrevo-me a dizer que especialmente numa sociedade em que as interdependências são cada vez mais manifestas, perceber a intrínseca dimensão ética dos laços profissionais reveste-se de uma particular transcendência. Nesse sentido qualquer trabalho, fielmente desempenhado, e com o olhar atento às necessidades das pessoas implicadas, pode e deve ser considerado um autêntico exercício de solidariedade e caridade. Mais

ainda: a ajuda eficaz que, como víamos, caracteriza a autêntica compaixão, requer com frequência uma solução profissional animada pelo mesmo princípio. Por isso mesmo – continua dizendo dom Álvaro – “a preocupação pelos pobres e doentes... deve impulsionar a promover ou a participar de trabalhos assistenciais, com os quais se procure remediar, de modo profissional, tais necessidades humanas e muitas outras” (I.93, n. 21).

A caridade, com efeito, não só abre o olhar ás necessidades alheias, mas, como dizíamos acima, com palavras de São João Paulo II, leva a remediá-las de modo eficaz, de modo que não perca de vista o bem da pessoa. O Bem-aventurado Álvaro expressa a mesma ideia servindo-se de dois conceitos cunhados por São Josemaria: a *alma sacerdotal*, que alenta todo fiel cristão que vive no

meio do mundo e nele desempenha um trabalho profissional, deve movê-lo a reconhecer as necessidades do próximo e contribuir para a solução delas com a *mentalidade laical* e profissional que lhe é própria: estimulando escolas, colégios, centros de formação profissional, hospitais, centros de assistência social, centros de pesquisa, etc.

A esta mesma ideia voltou anos mais tarde João Paulo II em seu livro *Levantai-vos! Vamos!* para referir-se ao modo como os leigos realizam sua vocação no mundo: “Os leigos podem realizar sua vocação no mundo e alcançar a santidade não apenas comprometendo-se ativamente em favor dos pobres e necessitados, mas também animando com espírito cristão a sociedade mediante o cumprimento de seus deveres profissionais e com o testemunho de uma vida familiar exemplar. Não penso só nos que ocupam postos de

primeiro plano na vida da sociedade, mas em todos que sabem transformar em oração sua vida cotidiana, colocando Cristo no centro de sua atividade. É Ele que atrairá assim a todos, saciando sua fome e sede de justiça” (Mt 5, 6). E acrescentava: “Não é esta lição que se desprende do fim da parábola do Bom Samaritano (Lc. 10, 34-35)? Depois dos primeiros cuidados de assistência ao ferido, o bom samaritano dirige-se ao estalajadeiro. Que teria podido fazer sem ele? O estalajadeiro, de fato, permanecendo no anonimato, realizou a maior parte do trabalho. Todos podem atuar como ele cumprindo suas próprias tarefas com espírito de serviço. Toda ocupação oferece a oportunidade, mais ou menos direta, de ajudar a quem necessita. (...) O cumprimento fiel dos próprios deveres profissionais já é praticar o amor pelas pessoas e pela sociedade”[8].

[1] Papa Francisco, encíclica “*Fratelli Tutti*”, n. 56.

[2] Ana Marta González, *En torno al Buen Samaritano. Lecturas del siglo XX*, 50, 3, pp.533-559, *Scripta Theologica*, 2018. <https://doi.org/10.15581/006.50.3.533-559>

[3] Lc 10, 25.

[4] Lc 10, 26-29.

[5] Lc 10, 36.

[6] Lc 10, 37.

[7] Bento XVI, *Deus Caritas Est*, n. 14.

[8] São João Paulo II, *Levantaos Vamos*, pp. 107-108.

pdf | Documento gerado
automaticamente de [https://
opusdei.org/pt-br/article/sobre-o-bom-
samaritano/](https://opusdei.org/pt-br/article/sobre-o-bom-samaritano/) (12/01/2026)